



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**N.º 04**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA**

**EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024**

## ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA .....	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO .....	10
C. ORDEM DO DIA.....	10
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA .....	10
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	10
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	11
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	11
4.1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O GRUPO DESPORTIVO DA FONTE DA SENHORA .....	11
4.2. PROTOCOLO SOBRE O TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS EM MATÉRIA DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO E DE ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS) E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RSI ENTRE A CMA, INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL I.P. E O INSTITUTO INFORMÁTICA I.P.....	12
4.3. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE À S.ENERGIA – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA PARA OS CONCELHOS DO BARREIRO, MOITA, MONTIJO E ALCOCHETE - ANO 2024.....	14
4.4. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNO DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE REFEITÓRIO MUNICIPAL – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS, CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO INCERTO .....	15
5. APOIOS FINANCEIROS.....	16
6. INFORMAÇÕES .....	16
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO .....	17
ENCERRAMENTO .....	17

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

### **A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente deu conhecimento da justificação de falta, na presente reunião, apresentada pela senhora Maria Luísa Botelho Figueira de Albuquerque Salsa para a tomada de posse do cargo de vereadora, conforme convocação formal, através do ofício registado sob o n.º 650, de 19 de fevereiro de 2024.

Seguidamente informou que o prazo de inscrições para quem queira exercer o seu direito de voto na modalidade de Voto Antecipado em Mobilidade nas Eleições Legislativas está a terminar, explicando as formas e os procedimentos necessários para que os interessados possam votar antecipadamente.

Partilhou que teve início no dia de hoje a edição de 2024 da BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), considerado um dos maiores eventos de promoção turística de Portugal, onde a Câmara Municipal de Alcochete está presente e integrada na Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, com um conjunto vasto de iniciativas e ações.

Informou que teve a oportunidade de estar presente na inauguração, onde também esteve o senhor Presidente da República e a senhora Presidente da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa.

Sobre a participação de Alcochete neste certame, destacou a divulgação da gastronomia, dos desportos náuticos, as atividades realizadas a bordo da embarcação do município

“Bote Leão”, assim como a promoção das “Salinas do Samouco” e das festas realizadas no concelho de Alcochete.

Continuou apresentando a seguinte declaração:

– Dia Internacional da Proteção Civil – 1 de março

«No próximo dia 1 de março, celebra-se o Dia Internacional da Proteção Civil, com o principal objetivo de recordar, relembrar e sensibilizar para a importância da Proteção Civil nas comunidades, quer na salvaguarda de vidas humanas, quer também do património cultural, material e ambiental face à ocorrência de acidentes graves e catástrofes que cada vez mais podem acontecer nos nossos territórios.

Este é também o dia em que anualmente se comemora e se enaltece o trabalho conjunto e tão importante dos agentes de Proteção Civil nas comunidades locais, que desenvolvem um trabalho meritório de disponibilidade total e de ajuda ao próximo e à comunidade, promove também a reflexão e o diálogo em torno dos riscos a que os territórios e populações estão sujeitos e o papel que cabe a cada um de nós, cidadãos, no esforço coletivo de criação de comunidades mais resilientes.

Neste sentido o Município de Alcochete, através do seu Serviço Municipal de Proteção Civil numa aposta contínua de uma política de cultura de segurança no nosso território, dinamiza ao longo do ano, um conjunto de iniciativas com as várias camadas etárias, sempre com o propósito de informar, sensibilizar e prevenir para comportamentos de risco face aos muitos desafios que nos tempos atuais podemos enfrentar e para os quais devemos estar preparados.

Celebrar o dia da Proteção Civil, significa a renovação de um compromisso com a população numa estratégia de prevenção que o município há muito tem vindo a implementar, sempre com o principal foco na proteção da vida humana.

Uma população informada será seguramente uma população mais resiliente e mais preparada a todos os fenómenos naturais, físicos e sociopolíticos que já enfrentamos e que cada vez mais vamos enfrentar num futuro próximo.

Num contexto em que os efeitos das alterações climáticas estão na ordem do dia, tendo em conta o número e a intensidade cada vez maior das catástrofes, o tema para 2024 recomendado pela Organização Internacional de Proteção Civil é: “Tecnologias inovadoras ao serviço da Proteção Civil”, ferramentas que os intervenientes da proteção civil podem e devem utilizar para prever, prevenir, preparar, responder e reconstruir, nos seus territórios, sublinhando a importância do uso de novas tecnologias ao serviço da Proteção Civil.

Este ano, como forma de comemorar o Dia Internacional da Proteção Civil, o Serviço Municipal de Proteção Civil, mais uma vez vai dinamizar um conjunto de iniciativas, irá realizar-se uma exposição de vários trabalhos realizados pelos alunos, das várias escolas do município, na Escola Secundária de Alcochete sobre o tema “A Terra Treme”, de forma a sensibilizar a comunidade escolar para a importância de adotar comportamentos de prevenção para o risco sísmico, assim como várias ações de sensibilização ao longo do mês de março.

Uma comunidade informada é uma comunidade preparada...

Proteção Civil somos todos nós!»

Prosseguiu a sua intervenção apresentando a seguinte Saudação:

– Saudação Dia Internacional das Mulheres – 8 de março

«Desde 1975 que o dia 8 de março é consagrado para homenagear todas as mulheres que desde sempre lutaram por uma vida melhor, melhores condições de trabalho, mais direitos, mais reconhecimento e dignidade. Sobretudo maior igualdade.

No longo caminho percorrido, foram vários os obstáculos que a sociedade foi colocando como desafios. Superámos alguns, contudo o trabalho desenvolvido nesta matéria ainda está longe de estar finalizado. O dia 8 de março está repleto de simbolismo e emoção, recordamos vários episódios que são referência nesta caminhada. Alguns trágicos, outros de vitória, mas sempre marcados pela resiliência feminina e pela procura da justiça e da igualdade.

Apesar do carácter festivo e comercial que a data vai assumindo, é necessário não esquecer as suas raízes trabalhistas no movimento socialista, os motivos justos e sérios que estão na génese deste dia. É preciso explicar isto às gerações mais novas para que percebam que este dia significa o rasgar de um véu de invisibilidade e de silêncio que habitualmente cobria a ação e os direitos das mulheres.

O dia 8 de março foi escolhido pelas Nações Unidas para lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres e não podemos perder o foco, porque muito caminho ainda há por percorrer nesta matéria.

Este é um assunto transversal e universal, diz respeito a todas e todos, a toda a sociedade e a todo o mundo, porque apesar do caminho já desenvolvido, as conquistas alcançadas continuam a não ser suficientes e estão longe de ser universais. Estender estas conquistas a todo o mundo não só é da mais elementar justiça, melhorando as condições das próprias mulheres, como é condição para o progresso e desenvolvimento de todos. Como afirmou o Secretário-geral da ONU, António Guterres, “o empoderamento das mulheres e a igualdade de género são essenciais para o progresso global”.

Neste sentido, é de toda a pertinência e oportunidade que se inclua nas diversas agendas políticas medidas que promovam a igualdade de género, não só no que respeita ao igual acesso à educação e ao trabalho, à igualdade de remuneração por trabalho de igual valor, igualdade nos processos de tomada de decisão, mas que permitam também a conquista da dignidade, integridade, liberdade e sobretudo o fim da violência baseada no género e da violência doméstica.

A igualdade não se atinge pela anulação da diferença, porque na verdade somos todos diferentes, mas sim através do reconhecimento e respeito por essas diferenças. Só assim poderemos encontrar soluções e oportunidades para todas e todos, baseando o nosso pensamento e ação numa lógica de discriminação positiva.

Todas e todos, nas nossas casas, em família, em contexto social e profissional, em todas as nossas ações diárias somos responsáveis e devemos contribuir para atingir estas metas e sobretudo para conquistarmos em definitivo o respeito e autodeterminação de cada indivíduo, seja ele homem ou mulher.

Conscientes do caminho que ainda há por percorrer, congratulamo-nos pelos objetivos alcançados e saudamos entusiasticamente todas as mulheres e, em especial, as do nosso concelho.

Vivam as Mulheres!»

O senhor vereador Jorge Giro, sobre o Dia da Mulher, referiu que esta data deve ser lembrada todos os anos, concordando com as palavras do senhor presidente e desejando que o Dia da Mulher se assinale sempre, até mesmo quando as desigualdades deixarem de existir.

Continuou expondo que tem em mente que o Conselho Municipal de Juventude não reúne há alguns meses e que o Regimento deste Conselho explana que deve reunir ordinariamente 4 vezes por ano, julgando que não tem acontecido. Perguntou qual a razão e para quando está prevista uma Assembleia do Conselho Municipal da Juventude.

Partilhou que tomou conhecimento através de um artigo publicado no jornal “O Setubalense” a preocupação manifestada por um autarca do distrito de Setúbal, sobre o aumento das tarifas do sistema da AMARSUL, suscitando-lhe que a CDU sempre lutou para que esta empresa nunca fosse privatizada.

Na Península de Setúbal foi uma conquista para que todos os municípios tivessem um bom ambiente, uma reciclagem funcional e aterros, sendo óbvio que as autarquias pagavam e continuam a pagar uma taxa. Todavia, por decisão do Governo que na altura era formado pelo PSD e pelo CDS/PP, foram privatizados todos os sistemas multimunicipais, sendo que como é do conhecimento geral, os grupos privados visam o lucro, não se sentiram melhorias substanciais e as que existiram foi por via dos municípios que se sobrepõem à AMARSUL, efetuando a recolha de monos, verdes e outros resíduos.

Contudo, desde 2019, as taxas pagas à AMARSUL sofreram um aumento de 295% e para que esse valor não seja imputado na íntegra ao munícipe através das faturas do fornecimento de água, as câmaras municipais vão suportando estes valores através dos seus orçamentos. Afirmou que está convicto que infelizmente no futuro esta ação das

câmaras vai deixar de acontecer, fruto da criação de uma Lei que irá impedir os municípios de acomodarem no seu orçamento, não só as tarifas que dizem respeito aos resíduos sólidos urbanos, como também à própria água e existirá um centro de custos que não poderá apresentar saldo negativo.

Questionou se realmente as tarifas desde 2019 aumentaram 295%, qual é a posição de voto do Município de Alcochete aquando das Assembleias Gerais no que diz respeito aos aumentos das tarifas e se a câmara de forma isolada ou em conjunto com outras autarquias tem alguma estratégia para que se tente reverter a privatização da AMARSUL.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares sobre o Conselho Municipal de Juventude, considerou que não deixa de ser caricata a insistência relativamente a este assunto, referindo que na última reunião de câmara o senhor vereador Rodolfo Pereira, em substituição do senhor vereador Jorge Giro, colocou a mesma questão, o qual foi informado que estava prevista uma reunião para breve.

Recordou que durante o mandato anterior as únicas propostas que a CDU votou contra, foi sobre a constituição do Conselho Municipal de Juventude e sobre a comparticipação dos medicamentos, cujo assunto também foi questionado pelo senhor vereador Rodolfo Pereira.

Concluiu informando que o Conselho Municipal de Juventude reuniu no dia de ontem e que a CDU apesar de ter recebido a convocatória, não esteve presente.

O senhor presidente, sobre o exercício da AMARSUL asseverou que tem sido muito contestatário, com uma incidência particular na legislatura anterior, pelo serviço de baixa qualidade prestado por esta entidade, bastando para isso percorrer o concelho e rapidamente se verificar que o que é competência da Câmara Municipal de Alcochete na recolha do lixo é um trabalho de excelência que é desenvolvido pelos trabalhadores da autarquia, no entanto, no que diz respeito à AMARSUL já não pode afirmar o mesmo, pese embora que na presente legislatura se note um esforço acrescido para melhorar o serviço.

O senhor vereador Pedro Lavrado por solicitação do senhor presidente referiu que a situação da AMARSUL é uma questão que existe entre mãos, concordando com as



palavras do senhor vereador Jorge Giro quando afirmou que as empresas privadas visam o lucro, sendo que o principal problema da AMARSUL reside na não obtenção de lucro, mas sim prejuízo.

Em relação à formulação da tarifa, informou que a mesma é fixada pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) mediante proposta fundamentada pela AMARSUL, tendo explicado que a tarifa não é votada isoladamente, está incluída na votação do orçamento da AMARSUL para o ano seguinte onde as propostas desta empresa têm sido superiores àquilo que a ERSAR tem definido.

Sobre a percentagem, aludiu que é provável que os 295% de aumento esteja correto, porque efetivamente têm existido aumentos muito elevados, sublinhando que o município tem suportado estes aumentos, assim como tem suportado os aumentos em relação à TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), que neste momento tem um valor de €30,00 por tonelada.

Em relação à existência de uma posição concertada, os municípios, independentemente da cor partidária, todos têm a mesma opinião e demonstram em Assembleia a preocupação pela forma incomportável como estes aumentos afetam as autarquias.

Concluiu explicando que a questão de reverter a privatização extravasa em muito a competência dos municípios, sendo este assunto uma responsabilidade do Governo.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que foi com desagrado que tomou conhecimento que a CDU não se fez representar no Conselho Municipal de Juventude, asseverando que ter sentido de voto contra certos assuntos, não quer dizer que não se questione sobre o estado dos mesmos.

Sobre a AMARSUL, expôs que só pode dar lucros se for feita uma boa gestão, recordando que no primeiro ano em que a empresa foi privatizada fechou o ano económico arrecadando €6.000.000,00, uma verba que em anos anteriores ficava na própria empresa para investimentos e para não se aumentar as tarifas.

Concluiu aludindo que tem conhecimento que a tarifa está incluída num “bolo”, porém, pode existir uma posição onde se vota a favor do orçamento, mas ressalvando que se está contra a tarifa.

Seguidamente o senhor presidente propôs a inclusão de um novo ponto no período da Ordem do Dia:

- “Recurso a reserva de recrutamento interno de um assistente operacional na área de Refeitório Municipal – Divisão de Administração e Gestão de Recursos, contrato a termo resolutivo incerto”

A sua inclusão foi aceite, ficando numerado como ponto 4.4.

## **B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

## **C. ORDEM DO DIA**

### **1. Resumo diário da tesouraria**

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €4.604.844,40 (quatro milhões, seiscentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e quarenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **2. Pagamentos autorizados entre reuniões**

O senhor presidente informou que entre os dias 14/02/2024 e 27/02/2024, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.066.440,10 (um milhão, sessenta e seis mil,

quatrocentos e quarenta euros e dez cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 463 ao n.º 663.

A Câmara tomou conhecimento.

### **3. Aprovação de atas**

#### **Ata da reunião ordinária realizada em 17 de janeiro de 2024**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Dário Moura por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

### **4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:**

#### **4.1. Celebração de Contrato Programa com o Grupo Desportivo da Fonte da Senhora**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2024, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €6.100,00 (seis mil e cem euros), ao Grupo Desportivo Fonte da Senhora.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 1**.

#### **4.2. Protocolo sobre o tratamento e proteção de dados em matéria de Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI entre a CMA, Instituto Segurança Social I.P. e o Instituto Informática I.P.**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do exercício das novas competências determinadas pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências no domínio específico da Ação Social e nos termos do n.º 1, do artigo 6.º da Lei-Quadro, é determinada a garantia de acesso das autarquias aos sistemas de informação utilizados pela administração direta e indireta do Estado, para gestão de processos e restante informação integrada nas competências transferidas.

De acordo com os artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, preconiza-se que o desenvolvimento do serviço de atendimento e de acompanhamento social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção são efetuados com recurso a sistema de informação específico.

Os termos em que essa utilização é efetuada encontram-se regulados pela Portaria n.º 63/2021, que regula o disposto nas alíneas a) e e), do n.º 1, do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.

No âmbito do estabelecido em matéria de garantia de acesso ao sistema de informação específico da segurança social disponibilizado aos municípios, propõe-se a aprovação da celebração do presente protocolo com o Instituto da Segurança Social, I. P. e Instituto de Informática, I. P., pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/8 e da alínea v), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico da Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12/9), que tem como fundamento de licitude o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º e na alínea b), do n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, publicado no JOUE de 4 de maio de 2016.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 2**.

#### **4.3. Comparticipação Financeira do Município de Alcochete à S.ENERGIA – Agência Regional de Energia para os Concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete - Ano 2024**

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

A aprovação por unanimidade pela câmara municipal, em 04.04.2018 e Assembleia Municipal, em 20.04.2018, da proposta de reintegração do município de Alcochete na S.ENERGIA - Agência Local para a Gestão de Energia do Barreiro e Moita, criada ao abrigo do Programa *Intelligent Energy Europe*, com o apoio financeiro da Comissão Europeia, através da EACI – Agência Executiva para a Competitividade e Inovação e após concessão de visto pelo Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto da 1.<sup>a</sup> Secção, de 04.12.2018;

Que a comparticipação financeira do Município de Alcochete para o ano de 2024 corresponde a um valor total de €32.232.00 e que a S.ENERGIA será a entidade parceira responsável por coadjuvar a câmara municipal na implementação de políticas definidas para o seu território de jurisdição, em matéria de energia.

Propõe-se que:

A Câmara Municipal de Alcochete delibere a aprovação da comparticipação financeira do município de Alcochete, no valor de €32.232.00.»

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro referiu que a S.ENERGIA sempre foi um parceiro fundamental em colaboração com a câmara municipal, lamentando que num determinado ano o município tenha saído desta Associação, mas que felizmente conseguiu voltar. Julga que ainda está em vigor o “Pacto dos Autarcas” e, que Alcochete também terá de reduzir as emissões de Co<sup>2</sup> em 20%, lembrando que quando o senhor vereador Pedro Lavrado apresenta algumas reduções económicas, tem solicitado que informe o que é que também foi reduzido em Co<sup>2</sup>, porque considera que nem tudo é dinheiro e tudo isto pugna por reduzir a pegada energética.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

**4.4. Recurso a reserva de recrutamento interno de um assistente operacional na área de Refeitório Municipal – Divisão de Administração e Gestão de Recursos, contrato a termo resolutivo incerto**

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Foi identificada a necessidade de recrutamento, de carácter urgente na DAGR – Divisão de Administração e Gestão de Recursos, para ocupação de um posto de trabalho de Assistente Operacional, no regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, designadamente para a área do Refeitório Municipal, para substituição de situações de baixas médicas e acidente de trabalho.

De entre a necessidade identificada, existe no município a correspondente lista unitária de ordenação final válida até 21/11/2024, decorrente do desenvolvimento do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 55, de 17 de março de 2023, cuja oferta de emprego na BEP adquiriu o n.º OE202303/0651;

Neste sentido, poderá tal necessidade ser satisfeita com recurso à reserva constituída no próprio organismo, na medida em que, existe o respetivo posto de trabalho vago no Mapa de Pessoal do município, para o lugar em questão, estando as consequentes despesas previstas em orçamento;

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nesta área de atividade, torna-se imprescindível o provimento daquele posto de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 21/2024, anexa e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o

recrutamento de um trabalhador, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado da carreira/categoria de Assistente Operacional na área do Refeitório Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 3**.

## **5. Apoios financeiros**

Não foram apresentadas propostas.

## **6. Informações**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte informação:

- Oferta de lanches escolares aos(às) alunos(as) da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico que beneficiam de Ação Social Escolar e livros de fichas a todos(as) os(as) alunos(as) do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico – Ano Letivo 2023/2024

«O Município de Alcochete assume a Educação como uma prioridade de intervenção municipal, nomeadamente ao nível da promoção de um ensino público de qualidade. A Educação deve ser estruturada em torno de uma escolaridade obrigatória, cada vez mais efetiva e alargada, de um ensino inclusivo e de uma natureza universal. Trabalhamos por uma escola que prepare cidadãos qualificados, intervenientes, críticos, com participação ativa, criando, precocemente, equidade no acesso à educação.

Nesse sentido, o Município de Alcochete, no presente letivo, manteve a oferta dos lanches escolares para os(as) alunos(as) beneficiários(as) de Ação Social Escolar que frequentam a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, no Agrupamento de Escolas de Alcochete.



Com esta medida o Município de Alcochete apoia um total de 279 alunos(as), dos quais 77 frequentam a educação pré-escolar e 202 frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, representando um investimento de cerca de €12.297,50.

Para além disso, o Município de Alcochete ofereceu os livros de fichas a todos(as) os(as) alunos(as) que frequentam o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, no Agrupamento de Escolas de Alcochete.

Com esta iniciativa foram apoiados 767 alunos(as) do 1.º ciclo do ensino básico, 406 alunos(as) do 2.º ciclo do ensino básico e 677 alunos(as) do 3.º ciclo do ensino básico, representando um investimento de €98.688,23.»

A Câmara tomou conhecimento.

#### **D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

#### **ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 18:39 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, técnico superior, subscrevo e assino.